

FEVEREIRO N.º 76 NOVA SÉRIE / Gorilas e reformistas ● O Exército e a Política ● Ganhar a guerra do Vietnam ● MAS O QUE É A CRIATIVIDADE? ● Poemas de NUNO JÚDICE ● O TM no trapézio

o tempo e o modo



POLÍTICA NACIONAL



NOTAS SOBRE O ENSINO POLITÉCNICO

A criação do ensino politécnico é, sem dúvida, uma das medidas legislativas de maior significado entre as promulgadas, propostas ou anunciadas nos últimos tempos. Dois aspectos chamam em particular a nossa atenção.

Em primeiro lugar convém notar as incidências económicas do diploma enviado à Assembleia Nacional. Com efeito, é fácil de compreender, se tivermos em conta a estrutura piramidal de uma empresa (v. artigo «Para compreender a empresa», neste número), que o número de quadros médios deve normalmente ser maior que o de quadros superiores. Este facto, que se deveria verificar ao

nível de uma empresa, em particular a partir de um mínimo de dimensão e de organização, será tanto mais válido para o conjunto de todas as empresas dentro de um determinado espaço económico. Nas economias fortemente industrializadas, por exemplo, é comum encontrar-se relações de 1 para 3 ou 4 entre o número de engenheiros de formação universitária e o de técnicos de nível médio, no sector industrial. Em Portugal, pelo contrário, o número de engenheiros é sensivelmente superior ao de agentes técnicos de engenharia. Isto revela, por um lado, uma estrutura empresarial muito deficiente e, por outro, uma situação incompatível

com os padrões de «tecnicidade» e de produtividade exigidos por uma economia que pretende jogar a fundo na carta do desenvolvimento industrial. Mais ainda, o capitalismo na sua fase monopolista (ou para lá caminhando) tem exigências que não se limitam ao plano produtivo. A «eficácia» desejada pressupõe uma gestão «racional», uma permanente agressividade comercial, uma eliminação de graves tensões sociais. Nada disto pode ser hoje entregue nas mãos de amadores ou de habilidosos: são especialidades, que utilizam técnicas variadas, que aspiram mesmo por vezes a constituírem-se em «ciências».

Bastará percorrer a lista dos cursos a ministrar no quadro do novo ensino politécnico, para constatar que a todas estas preocupações se procurou dar resposta. Assim, além dos cursos directamente ligados à actividade produtiva — agrícola e industrial —, vemos, no sector «gestão» os cursos de gestão de empresas, contabilidade, informática, bem como outros de apoio: secretariado, relações públicas; no sector «comercialização» os cursos de comércio e publicidade, apoiados pelos de estética industrial e artes gráficas; no sector «social» os cursos de relações humanas (associado ao de gestão de empresas) e de serviço social. De notar ainda que certos campos de actividade com problemas específicos foram contemplados com cursos «próprios»: administração pública, têxteis, indústrias alimentares, turismo. Os três últimos são, por tal sinal, dos que mais contribuem para entrada de divisas estrangeiras.

Quanto ao primeiro aspecto que de início nos propusemos focar, parece ser, portanto, evidente a lógica de insuflação de novas forças na economia, de proporcionar às empresas as qualificações que lhe urge para sair definitivamente das comodidades de um passado recente de protecção e condicionamentos e, também, para provocar uma «selecção» que não vai com discursos persuasivos.

Mas há um segundo aspecto que tem mais que ver com considerações de ordem sociológica. É sabido que nos países de extrema estratificação social, que são simultaneamente os de maior atraso económico, é muito reduzida a procura por cursos que

não conferem um «estatuto» universitário. E nestes é sempre mais intensa a procura por títulos literários, jurídicos ou médicos. É o próprio crescimento económico, que em geral se processa por meio de uma industrialização mais ou menos lenta, que, a certo momento, cria uma necessidade premente de técnicos, ao mesmo tempo que provoca o aparecimento de categorias médias de rendimentos que constituirão aquilo a que imprecisamente se costuma designar por «classes médias». Mas durante muito tempo ainda, jogará o reflexo ideológico apontado, e esses técnicos serão fornecidos ao processo produtivo através da universidade. Isto é, num primeiro passo dá-se a inversão entre diplomados pelas disciplinas «clássicas» e pelas disciplinas «técnicas», ao nível universitário.

Verifica-se que, dada a escala de prestígio social imposta pelas minorias dominantes, as famílias de rendimentos médios fazem, como é costume dizer-se, «todos os sacrifícios» para levar os filhos até à universidade mas, no que respeita à escolha do curso, são obviamente mais pragmáticas: os cursos técnicos, dada a crescente procura e a sua directa utilização nos sectores mais lucrativos, asseguram um futuro mais sólido, em termos de rendimento (em particular, a curto prazo). No plano das empresas tudo isto vem reflectido com a respectiva desfasagem: começa por haver apenas o patrão e os trabalhadores, de que os mais antigos ou experientes acabarão por ser capatazes ou contramestres; numa fase seguinte, admite-se um engenheiro, porventura mais uns quantos quando a empresa cresce, parte dos quais exer-

cerão, de facto, funções de puro enquadramento; só na fase de racionalização da produção e das estruturas internas, se manifestará finalmente a carência de pessoal intermédio com qualificações adequadas e nível técnico considerável. Mas para que esta carência possa ser vencida terá de jogar não só a força da procura, mas também uma alteração de «valores» que confira às profissões técnicas um prestígio suficiente por satisfazer as aspirações de mobilidade social das tais «classes médias»: é a elas que se destinam os cursos «pré-universitários». É afinal esta a fase em que nos encontramos, e neste quadro que temos de inserir a nova legislação sobre os cursos politécnicos. Resta saber se as nossas «classes médias» já estão preparadas para a reconversão que se lhes exige, e se virão a manifestar maior interesse pelos novos cursos do que pelos anteriores cursos médios. Entretanto, não deixarão de se multiplicar os discursos, «conversas» várias e outras formas de propaganda no sentido de demonstrar a função altamente dignificante que espera os respectivos diplomados.

À margem destas considerações, é curioso observar a referência que se faz no preâmbulo da proposta de lei ao facto de que o ensino politécnico contribuirá «portanto, para uma desejável democratização do ensino». Julgamos ter evidenciado que, na realidade, se trata, muito pelo contrário, de dar a cada categoria de rendimentos o ensino compatível com eles, o que não tem muito que ver com qualquer conceito de democratização, seja ele qual for.

JOÃO MARTINS PEREIRA